



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria Administrativa e Financeira
Gerência de Administração Financeira

Relatório de Prestação de Contas - CODEPLAN/DIRAF/GEAFI

PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2021

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO DE 2021

OBJETIVO

Segundo disposto na Lei das Sociedades por Ações com as alterações posteriores, com base na escrituração mercantil da companhia, ao final do exercício, a Diretoria fez elaborar o conjunto completo de demonstrações contábeis que inclui os componentes a seguir destacados.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN, instituída pela alínea “c” do art. 15 da Lei no 4.545, de 10 de dezembro de 1964, e constituída por escritura Pública, de 5 de dezembro de 1966, publicada no Diário Oficial da União, de 26 de dezembro de 1966, é empresa pública de direito privado, sob a forma de sociedade por ações, regida pela Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações, integra a administração indireta do Distrito Federal na forma da Lei n.º 4.545, de 10 de dezembro de 1964, art. 3º, inciso II §§1º e 2º, vinculando-se à Secretaria de Estado de Economia - SEEC, nos termos do artigo 26, § 2º, inciso I, do disposto no Decreto n.º 32.716/2011.

A Companhia, com prazo de duração indeterminado, tem sede e foro em Brasília e possui os seguintes objetivos:

I – Realizar e promover pesquisas e estudos econômicos, sociais, demográficos, cartográficos, georeferenciados, urbanos e ambientais para subsidiar o Governo do Distrito Federal na formulação de políticas públicas, do planejamento governamental, de programas para o desenvolvimento do Distrito Federal, da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE e de outras áreas de influência do território distrital;

II – Disseminar o conhecimento e as informações resultantes das pesquisas e estudos realizados, atinentes à área de competência da Companhia;

III – Analisar as políticas públicas implementadas pelo Governo do Distrito Federal a fim de subsidiar os processos decisórios governamentais;

IV – Fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas públicas e para a preparação de planos e programas de governo;

V – Analisar, identificar e diagnosticar os problemas estruturais, econômicos, sociais, urbanos e ambientais do Distrito Federal, da RIDE e de outras áreas de influência do território distrital, fornecendo elementos técnicos visando a elaboração de medidas saneadoras pelos órgãos competentes;

VI – Articular e promover a cooperação técnica visando o intercâmbio de informações e conhecimentos com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais;

VII – Produzir e organizar as informações sociais e econômicas relativas ao território do Distrito Federal;

VIII – Participar do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – SISPLAN e oferecer subsídios e apoio ao Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal – SITURB; e

IX – Prestar consultoria técnica a outros órgãos e entidades da administração do Distrito Federal e da iniciativa privada e contratar com órgãos e entidades públicas ou privadas, serviços técnicos e estudos, bem como realizar concursos, respeitada a legislação pertinente.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei 6.404/76) e suas alterações, a saber:

- Balancete Contábil (79058071);
- Balanço Patrimonial (79058469);
- Balanço Orçamentário (79059332);
- Balanço Financeiro (79083458);
- Demonstrativo de Repasses Concedidos (80941268);
- Demonstração do Resultado do Exercício – DRE (79106962);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL (79107930);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (79157309);
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP (55771140); e
- Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados - DLPA (79162706).

NOTA 03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Receitas e Despesas - Foram reconhecidas de acordo com o regime contábil de competência do exercício;

b) Registros contábeis - Os registros contábeis relativos ao período de janeiro a dezembro do exercício de 2021, foram realizados através do sistema eletrônico de processamento de dados do “Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIAC/SIGGO”, administrado pela Subsecretaria de Contabilidade do Distrito Federal da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal;

c) Redução ao valor recuperável de ativos - Até o momento as revisões do imobilizado não indicam que os valores contábeis não possam ser recuperados, não havendo necessidade de reconhecer perdas permanentes.

NOTA 04 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS DO GDF

Atendendo os preceitos legais de que trata o artigo 47, parágrafo único, item II da lei complementar nº 101, de 04 de janeiro de 2000, apresentamos no quadro abaixo os recursos recebidos do Governo do Distrito Federal, durante o exercício de 2021.

Tabela 1

Fonte	Categoria de Gastos	Destinação	Exercício Atual	Exercício Anterior
100	1	Pessoal e Encargos sociais	100.387.627,71	102.195.192,33
100	3	Outras Despesas Correntes	21.596.513,89	14.650.998,84
		Total	121.984.141,60	116.846.191,17

Fonte - Demonstrativo de Repasses concedidos (80941315)

Os repasses orçamentários destinados ao pagamento de despesas (Grupo 1) no montante de R\$ 100.387.627,71 (cem milhões, trezentos e oitenta e sete mil seiscentos e vinte e sete reais e setenta e um centavos), representa o percentual de 82,30% em relação ao total das subvenções recebidas, detalhadas na tabela 1.

NOTA 05 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da Companhia, representando uma posição estática. De acordo com o caput do art. 178 da Lei nº 6.404/76, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente a posição patrimonial e financeira da Entidade, bem como as disposições dos §§ 1º, I, II e 2º, I, II, III do art. 178 da mencionada lei.

Na sequência, destacamos os principais grupos de contas que compõem os itens do ativo e passivo.

	Nota		Exercício Anterior
ATIVO		8.254.296,52	10.105.194,33
ATIVO CIRCULANTE		7.521.650,89	9.231.254,98
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.122.754,69	637.457,86
Créditos a Curto Prazo		4.302.812,48	8.495.978,96
Estoques		94.541,02	96.703,01
VPD Pagas Antecipadamente		1.542,70	1.115,15
ATIVO NÃO CIRCULANTE		732.645,63	873.939,35
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		17.747,86	17.747,86
Créditos a Longo Prazo		17.747,86	17.747,86
INVESTIMENTOS		101.831,59	101.831,59
Participações Permanentes		98.826,55	98.826,55
Demais Investimentos Permanentes		3.005,04	3.005,04
IMOBILIZADO		613.066,18	754.359,90
Bens Móveis		2.442.340,08	2.416.665,67
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis		- 1.829.273,90	- 1.662.305,77
(-) Amortização Acumulada de Softwares		- 709,15	- 709,15
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		709,15	709,15

Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.254.296,52	10.105.194,33
PASSIVO CIRCULANTE	13.723.081,01	21.372.152,15
Obrig. Trab.,Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	9.645.051,75	13.737.354,05
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	10.418,31	73.013,35
Demais Obrigações a Curto Prazo	4.067.610,95	7.561.784,75
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	5.180.000,00	12.491.917,67
Provisões a Longo Prazo	5.180.000,00	12.491.917,67
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	- 10.648.784,49	- 23.758.875,49
Patrimônio Social e Capital Social	12.233.727,60	12.233.727,60
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	32.942,11	32.942,11
Resultado Acumulado	- 22.915.454,20	- 36.025.545,20
Resultado do Exercício	10.346.341,03	- 6.630.201,94
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.244.950,45	0,00
Resultado das Empresas	- 35.506.745,68	- 29.395.343,26

ATIVO CIRCULANTE

Registra os valores em caixa e bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações de manutenção e liquidação de despesas, bem como bloqueios judiciais nas contas bancárias referentes a processos em que esta Companhia é parte.

Conforme registros no Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGO, no encerramento dos exercícios findo, mês de referência 12 e 13 de 2021, apresenta um saldo de R\$ 7.521.650,89 (sete milhões, quinhentos e vinte e um mil seiscentos e cinquenta reais e oitenta e nove centavos), devidamente detalhado na tabela a seguir:

Tabela 2

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	(%)
CIRCULANTE	7.521.650,89	9.231.254,98	-18,52
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.122.754,69	637.457,86	389,88
Créditos e Demais Créditos a Curto Prazo	4.302.812,48	8.495.978,96	-49,35
Estoques	94.541,02	96.703,01	-2,24
VPD paga Antecipadamente	1.542,70	1.115,15	38,34

Fonte: Balancete contábil (79058071)

- **Caixa e Equivalentes de Caixa** - são constituídas pelos saldos das contas, Bancos Conta Movimento e Recursos Vinculados, acrescidos dos Depósitos e Cauções de titularidade da Companhia, devidamente conciliados até o encerramento do exercício de 2021. No ato da elaboração deste documento, o Termo de Conferência de Caixa (Id.79189852) apresenta saldo zero. Os extratos e termos de conciliação bancárias fazem parte do processo nº 00121-00000019/2022-21 que trata da conciliação bancária do mês de dezembro de 2021.
- **Créditos e Demais Créditos a Curto Prazo** – decorre da inscrição de recursos a receber do Tesouro do Distrito Federal relativos a valor de restos a pagar processados e não processados, que deverão ser repassados a esta companhia no decorrer do exercício de 2022.

Consolidação de Créditos e Demais Créditos a Curto Prazo

Créditos de transferências a receber	728.876,32
Adiantamentos concedidos a pessoal (férias e 13 salário)	810.396,74
Impostos e Tributos a Recuperar	394.264,87
Créditos por danos ao patrimônio	264.096,77
Depósitos restituíveis e valores vinculados	1.740.993,66
Outros Créditos a receber e valores a curto prazo	164.184,12
Adiantamento de Transferências Voluntárias	200.000,00
Soma	4.302.812,48

Tabela 3

Fonte: Balancete contábil (79058071)

- **Créditos de transferências a receber de R\$ 728.976,32** (setecentos e vinte e oito mil novecentos e setenta e seis reais e trinta e dois centavos) - Originado por lançamento efetuado pela Subsecretaria de Contabilidade do DF - SUCON/SEEC/DF, tem por objetivo suprir a Codeplan de recursos suficientes para o pagamento das inscrições em Restos a Pagar Processado - RPP.
- **Adiantamentos concedidos a empregados de R\$ 810.396,74** (oitocentos e dez mil trezentos e noventa e seis reais e setenta e quatro centavos) - (férias e 13º salário) foram contabilizados em função de cumprimento da legislação trabalhista e Acordo Coletivo de Trabalho – ACT. Registra-se que desde o exercício de 2014 a contabilização dos adiantamentos concedidos a empregados (férias e 13-salários) são efetuados em conta do ativo na conta corrente de Inscrição Genérica da Codeplan (FP1302010), tendo em vista alterações implementadas no Plano de Contas Aplicado ao Setor

Público - PCASP, pela Subsecretaria de Contabilidade - SUCON, vinculada à Secretaria de Economia do Distrito Federal - SEEC/DF. Com essas alterações no SIAC/SIGGO - Sistema Integrado de Administração Contábil do Distrito Federal, perdeu-se os mecanismos de controle individual (por devedor), impossibilitando assim, o controle por conta corrente vinculada a cada empregado beneficiado.

- **Tributos a recuperar/compensar junto à União de R\$ 394.264,87** (trezentos e noventa e quatro mil duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta e sete centavos), proveniente de Imposto de Renda, COFINS e PIS/PASEP, apropriados na forma das legislações regulamentares.
 - **Créditos por dano ao patrimônio de R\$ 264.096,77** (duzentos e sessenta e quatro mil noventa e seis reais e setenta e sete centavos), apurados em Tomada de Contas Especiais – TCE, correspondentes a processo de Tomadas de Contas Especial, instaurada pela Companhia que resultou na responsabilização de terceiros, como também de empregados e ex-empregados.
1. **Créditos a Receber Decorrentes de Pagamentos Indevidos –** Nesta conta estão contabilizados os valores apurados por meio de Tomadas de Contas Especiais - TCE, responsabilizando empregados e ex-empregados da Companhia. No decorrer do ano de 2021 foi baixado a quantia de R\$ 914.522,67 (novecentos e quatorze mil quinhentos e vinte e dois reais e sessenta e sete centavos), correspondente a inscrição contábil sob responsabilidade do INSTITUTO EUVALDO LODI - IEL, em função da transferência da responsabilidade de recebimento para a Secretaria de Estado do Economia - SEEC/DF, tratada nos autos do processo 00121-00000608/2020-47, permanecendo o saldo de R\$ 74.670,84 (setenta e quatro mil seiscentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos).
 2. **Créditos a Receber de Responsáveis por Danos e ou Perdas –** Apurados por Tomadas de Contas Especiais - TCE no valor de R\$ 189.425,93 (cento e oitenta e nove mil quatrocentos e vinte e cinco reais e noventa e três centavos), correspondente à apuração de prejuízos ao erário e imputou responsabilidades a ex-empregados da companhia, inclusive o Governo do Estado do Maranhão. Não cumprimento da execução da sentença. Ausência de novas providências judiciais. Visando o cumprimento de sentenças, no mês de fevereiro de 2021 foi autuado e direcionado à PROJUR o processo SEI nº 00121-00000132/2021-25 que tem como objetivo a obtenção de maiores esclarecimentos acerca da real situação de cada processo na esfera do poder judiciário. Por sua vez, a PROJUR se manifestou no processo, que atualmente encontra-se no Núcleo de Contabilidade desta companhia para análise e ou procedimentos de baixa de valores, se for o caso.
- **Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados de R\$ 1.740.993,66** (um milhão, setecentos e quarenta mil novecentos e noventa e três reais e sessenta e seis centavos) - Depósitos para Interposição de Recursos Efetuados e Valores Apreendidos por Decisão Judicial. Nesta conta encontram-se as Ações Ajuizadas, das quais a CODEPLAN é a reclamada e são contabilizadas pelo valor individual de cada depósito recursal efetuado.
 - **Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo de R\$ 164.184,12** - Provenientes de acordos e acertos financeiros com empregados e ex-empregados, inclusive multas aplicadas por descumprimento de prazo em contratos de serviços. Objeto de processos de cobrança judicial.
 - **Adiantamento de Transferências Voluntárias de R\$ 200.000,00** (duzentos mil reais) - Proveniente de recursos repassado à Fundação Osvaldo Cruz - FIOCRUZ em função de Convênio firmado para a criação de uma Rede de Inteligência Cooperativa voltada para o monitoramento e avaliação de vulnerabilidades sociais e territoriais relacionadas direta ou indiretamente à COVID-19.

Estoques de Almoxarifado de R\$ 94.541,02 (noventa e quatro mil quinhentos e quarenta e um reais e dois centavos) - Refere-se a materiais de consumo estocado para manutenção administrativa da Companhia. Sua movimentação e registros são oriundos de demonstrativos gerados pelo Sistema de Gestão de Material – SIGMA.NET do Governo do Distrito Federal.

- **Variação Patrimonial Diminutiva - VPD Pagas Antecipadamente de R\$ 1.542,70** (um mil quinhentos e quarenta e dois reais e setenta centavos) - Trata-se de prêmio de seguro, com vigência de doze meses, registrado no ativo circulante em obediência ao item I do art. 179 da Lei 6.404/76 (Art. 179 – As contas serão classificadas do seguinte modo: I no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte). A apropriação contábil da despesa se verifica através de cotas mensais.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

São registrados os direitos que serão realizados após o final do exercício seguinte (**longo prazo**), assim como os bens de uso (bens móveis), ou seja, no Ativo não Circulante são incluídos todos os bens de natureza duradoura destinados ao funcionamento normal da companhia e do seu empreendimento, assim como os direitos exercidos com essa finalidade, conforme disposto na tabela a seguir:

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	(%)
NÃO CIRCULANTE	732.645,63	873.939,35	-16,17
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	17.747,86	17.747,86	0,00
Investimentos	101.831,59	101.831,59	0,00
Imobilizado	613.066,18	754.359,90	-18,73

Tabela 4 - Ativo não circulante

- **Demais Créditos e Valores a Longo Prazo** – Considerando o término do exercício de 2021, permanece contabilizado como ativo de longo prazo o valor de R\$ 17.747,00 (dezesete mil setecentos e quarenta e sete reais), na forma a seguir demonstrada:
 - Valores Apreendido por Decisão Judicial** – foi contabilizado neste de grupo de contas o valor de R\$ 5.632,70 (cinco mil seiscentos e trinta e dois reais e setenta centavos), decorrente de recolhimento a maior relativo a contribuição previdenciária, competência dezembro/1992. Cabe ressaltar que esta companhia ao perceber o equívoco nos cálculos, solicitou o ressarcimento por meio de requerimento junto ao Setor de Arrecadação do INSS, que se posicionou favorável, ao tempo, que emitiu depósito bancário a favor da Codeplan, junto ao Banco do Brasil, em 22/06/1996. Contudo, à época o processo administrativo não foi enviado para o setor de contabilidade para fins de baixa.
 - Outros Créditos a Receber** – no que se refere o valor de R\$ 12.115,16 (doze mil cento e quinze reais e dezesseis centavos), até o exercício de 2013, estava classificado como **investimentos relativos a incentivos fiscais, tais como, FINOR/FINAN dentre outros**. A partir da abertura dos saldos das contas contábeis no mês de janeiro de 2014 a Subsecretaria de Contabilidade – SUCON/SEEC, passou a classificar os registros dos incentivos fiscais no grupo de contas do Ativo Realizável a Longo Prazo.
- **Investimentos** - neste grupo de contas estão classificados e registrados investimentos que a CODEPLAN possui em Participações Societárias de outras sociedades e em bens intangíveis, aplicações (Obras de Arte). A Lei nº 5.584/15, determina que esses ativos poderão ser vendidos após atualizações dos valores das ações na Bolsa de Valores. Por sua vez, a CODEPLAN autuou processo administrativo nº nº 0121-000245/2017, objetivando a venda desse ativo, nos termos do normativo supracitado, sem conclusão até a data de encerramento do exercício de 2021.
- **Imobilizado** - avaliado pelo custo de aquisição, no encerramento do exercício de 2021, apresenta o valor de R\$ 2.442.340,08 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil trezentos e quarenta reais e oito centavos), ajustado pelo valor acumulado das depreciações de R\$ 1.829.273,90

(um milhão, oitocentos e vinte e nove mil duzentos e setenta e três reais e noventa centavos), resultando o imobilizado no valor líquido de R\$ 613.066,18 (seiscentos e treze mil sessenta e seis reais e dezoito centavos), conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 5 - Composição do ativo imobilizado

Descrição	Saldo Final - 2020	Movimento de 2021		Saldo Final - 2021
		Acréscimos	Redução	
Bens móveis	2.416.665,67	51.347,41	25.673,00	2.442.340,08
Depreciação Acumulada	-1.662.305,77	14.427,31	181.395,44	-1.829.273,90
Total do imobilizado	754.359,90	65.774,72	207.068,44	613.066,18

Fonte: Balancete contábil

PASSIVO CIRCULANTE

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos até a data do encerramento do balanço patrimonial. Neste grupo de contas são provisionadas todas as contas a pagar, as quais são liquidadas dentro do exercício, exceto, despesas processadas em restos a pagar que normalmente são liquidadas em janeiro do exercício seguinte.

Conforme registros no Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGO, no encerramento dos exercícios findos no mês de dezembro e 2021, referências 12 e 13, apresenta no passivo circulante a seguinte composição e respectivos saldos:

Tabela 6 - Passivo circulante

PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	(%)
CIRCULANTE	13.723.081,01	21.372.152,15	-35,79
Obrigações Trab., Prev. E Assistenciais a pagar	9.645.051,75	13.737.354,05	-29,79
Pessoal a pagar	8.492.256,93	12.214.578,88	-30,47
Encargos sociais a pagar	1.152.794,82	1.522.775,17	-24,30
Fornecedores e Contas a Pagar (provisão)	10.418,31	73.013,35	-85,73
Fornecedores nacionais a pagar do exercício	10.418,31	73.013,35	-85,73
*Demais obrigações a pagar	4.067.610,95	7.561.784,75	-46,21
Valores restituíveis	2.965.745,77	4.530.711,10	-34,54
Outras obrigações a pagar	1.101.865,18	3.031.073,65	-63,65

* As demais obrigações de curto prazo foram constituídas e contabilizadas no grupo de contas 218000000, correspondentes a valores de terceiros, restituíveis ao Tesouro Distrital, incluindo as retenções de competência da União.

- **Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistenciais** no valor de R\$ 9.645.051,75 (nove milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos) correspondem a obrigações assumidas com empregados efetivos e comissionados, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, inclusive as provisões de férias e licença administrativa remunerada, constituídas e registradas em observância às exigências legais, especialmente ao Acordo Coletivo Trabalhista – ACT 2019/2021.
- **Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo** no valor de R\$ 10.418,31 (dez mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e um centavos), trata-se de valores contabilizados por fornecimentos de bens ou da prestação de serviços para a Companhia, bem como, as provisões apropriadas em observância ao Princípio da Competência no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, parte II, combinado com a Resolução CFC NBC TG nº 1.374/2011 e NBC TSP/2016.
- **Demais obrigações de curto prazo**, no valor de R\$ 4.067.610,95 (quatro milhões, sessenta e sete mil seiscentos e dez reais e noventa e cinco centavos), foram constituídas e contabilizadas no grupo de contas 21800000, correspondentes a valores de terceiros, restituíveis ao Tesouro Distrital e demais retenções de competência da união.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Diz respeito às provisões para indenizações trabalhistas e cíveis, relativas a diversos processos em andamento, registrados no passivo não circulante, mediante a avaliação de riscos prováveis, possíveis e remotos, determinados pela Procuradoria Jurídica - PROJUR da Companhia.

O Núcleo de Registros Contábeis, consubstanciada na informação da PROJUR, efetuou e mantém registrado as provisões das ações judiciais com possibilidade de perda provável, demonstradas na **tabela 7**. As demais ações com riscos possíveis e remotas não foram contabilizadas, em cumprimento ao que determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, parte II, item 02.10.00, combinado com a **NBC TG 25 (R2)** – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes do Conselho Federal de Contabilidade - CFC que rege a matéria, entretanto, farão parte destas Notas Explicativas, detalhadas na **Tabela nº 7**.

Tabela 7 - Ações judiciais

AÇÕES COM RISCO PROVÁVEL	2021		2020	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Ações Trabalhistas		180.000,00		180.000,00
Contabilizadas	5	180.000,00	5	180.000,00
Ações cíveis - contabilizadas		5.000.000,00		12.311.917,67
Brasil Telecon S/A	0	0,00	1	7.311.917,67
Ação Civil Pública - Codeplan/Terracap	1	5.000.000,00	1	5.000.000,00
TOTAL DO PASSIVO CONTINGENTE		5.180.000,00		12.491.917,67

Tabela 8 - Ações judiciais não contabilizadas

AÇÕES COM RISCO POSSÍVEL OU REMOTA	2021		2020	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Ações Trabalhistas				
Possíveis de perda (não contabilizadas)	2	68.000,00	4	170.000,00
Remotas de perdas (não contabilizadas)	63	2.832.948,74	99	4.475.196,78
TOTAL		2.900.948,74		4.645.196,78

Fonte: Processo SEI nº 00121-00000674/2018/-01.

Memorando PROJUR nº 12/2021

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido está representado pelo capital social realizado, adiantamento para futuro aumento de capital, resultados acumulados, resultado do exercício, ajuste de exercícios anteriores e resultado das empresas, os quais tendem a sofrer variação caso os dados patrimoniais realizáveis não venham a ser confirmados após a realização do inventário e do uso da técnica de circularização.

No encerramento do exercício de 2021, estava registrado no Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGO, a seguinte composição e saldo:

Tabela 9 - Patrimônio Líquido

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	(%)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-10.648.784,49	-23.758.875,49	-55,18
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	12.233.727,60	12.233.727,60	0,00
Capital Social Subscrito	12.233.727,60	12.233.727,60	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	32.942,11	32.942,11	0,00
Adiantamento para futuro aumento de capital - INTRA OFSS	32.942,11	32.942,11	0,00
RESULTADO ACUMULADO	-22.915.454,20	-36.025.545,20	-36,39
Lucros/Prejuízos acumulados	-35.506.745,68	-29.395.343,26	20,79
Resultado do exercício	10.346.341,03	-6.630.201,94	-256,05
Ajustes de exercícios anteriores	2.244.950,45	0,00	0,00

“Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC no valor de R\$ 32.942,11”.

De acordo com o previsto na Lei nº 6.404/76, art. 166, o capital social pode ser aumentado por deliberação da assembleia-geral ordinária ou do conselho de administração, observado o que a respeito dispuser o estatuto, nos casos de emissão de ações dentro do limite autorizado no estatuto (artigo 168 da mencionada lei), desde que a autorização especifique o limite de aumento, em valor do capital ou em quantidade de ações e as espécies e classes das ações que poderão ser emitidas.

A Lei nº 12.838/2013, define que no caso de inexistência de autorização para aumento do capital social o conselho fiscal deverá ser obrigatoriamente ouvido antes da deliberação da assembleia-geral, ao tempo que o art. 8º, Parágrafo único do Estatuto Social determina que o Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, poderá aprovar o aumento de capital social, em valor ou em número de ações que não exceda a 10 (dez) vezes os atuais.

O valor de R\$ 32.942,11 (trinta e dois mil novecentos e quarenta e dois reais e onze centavos) registrado no balanço patrimonial, exercício de 2021, conta ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL, representa aumento de 0,27% do capital social integralizado R\$ 12.233.727,60 (doze milhões, duzentos e trinta e três mil setecentos e vinte e sete reais e sessenta centavos).

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está dividido em 1.223.372.760 Ações Ordinárias Nominativas no valor total de R\$ 12.233.727,60 (doze milhões duzentos e trinta e três mil, setecentos e vinte e sete reais e sessenta centavos). De acordo com a Ata da 35ª (trigésima quinta) Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27.04.2001, o capital social ficou assim constituído:

Tabela 10.

ACIONISTAS	PARTICIPAÇÕES R\$	(%)
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	12.191.633,56	99,6560
CIA. URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP	41.867,95	0.3422
BANCO DE BRASÍLIA S/A – BRB	226,09	0,0018
TOTAL	12.233.727,60	100,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO - PASSIVO A DESCOBERTO

De acordo com as normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, o passivo a descoberto ou patrimônio líquido negativo significa que a empresa opera essencialmente com capitais de terceiros em montante superior aos capitais próprios.

O ativo, por sua vez, é inferior ao total das exigibilidades, incluindo o capital próprio. Em outras palavras, na hipótese de se promover a realização de todo o ativo, os credores nem mesmo os acionistas, poderão ser satisfeitos.

A situação patrimonial negativa em que se encontra a CODEPLAN foi motivada pela necessidade de evidenciar os ajustes e reclassificações oriundas de riscos e incertezas sobre a estrutura patrimonial da Companhia. O objetivo, portanto, foi o de evidenciar com fidedignidade, transparência e consistência, a real posição econômica, financeira e patrimonial da entidade, conforme especificado.

Esses ajustes foram decorrentes, preponderantemente, do reconhecimento dos aludidos riscos e incertezas caracterizados por ações cíveis e trabalhistas transitadas e julgadas em várias instâncias judiciais, na sua maioria com resultados desfavoráveis à CODEPLAN.

No curso dos trâmites processuais, as ações judiciais foram devidamente avaliadas, quantificadas e mensuradas para, ao final, ser registradas em provisão para indenizações trabalhistas e cíveis, tudo em conformidade com a informação da Assessoria Jurídica.

Esse valor tem grande influência sobre o resultado econômico e financeiro da instituição e, conseqüentemente, sobre o capital próprio da empresa, o que motivou o aparecimento do passivo a descoberto. Entretanto, malgrado as repercussões negativas decorrentes do fato de uma empresa operar em tais condições patrimoniais, necessário se faz esclarecer que essa situação é transitória, visto que a CODEPLAN depende orçamentaria e financeiramente do Tesouro do Distrito Federal e tão logo seja efetuado o pagamento dessas ações, via repasse de recursos do Tesouro, será procedida a reversão desses valores e, conseqüentemente, a redução do passivo a descoberto, como já vem acontecendo.

De todo o exposto, permitimo-nos afirmar que os elementos comprobatórios e evidências substantivas que originaram os ajustes contábeis são perfeitamente identificáveis e guardam consonância com os trâmites processuais jurídicos e estão coerentes com as boas práticas contábeis.

JEANSLEY CHARLLES DE LIMA
Presidente
CPF: 852.352.881-49

SÔNIA GONTIJO CHAGAS GONZAGA
Diretora de Administração Financeira
CPF: 635.776.586-49

CLARISSA JAHNS SCHLABITZ
Diretora de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas
CPF 727.387.401-97

DAIENNE AMARAL MACHADO
Diretora de Estudos e Políticas Sociais
CPF: 050.527.284-92

RENATA FLORENTINO DE FARIA SANTOS
Diretora de Estudos Urbanos e Ambientais
CPF: 005.603.551-90

MARTINHO BEZERRA DE PAIVA
Contador CRC-DF 10.538/DF
CPF: 209.774.331-53



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA GONTIJO CHAGAS GONZAGA - Matr.0003696-0, Diretor(a) Administrativo(a) e Financeiro(a)**, em 25/02/2022, às 09:56, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RENATA FLORENTINO DE FARIA SANTOS - Matr.0003684-6, Diretor(a) de Estudos Urbanos e Ambientais**, em 25/02/2022, às 11:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CLARISSA JAHNS SCHLABITZ - Matr. 0003686-2, Diretor(a) de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas**, em 25/02/2022, às 14:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JEANSLEY CHARLES DE LIMA - Matr.0003645-5, Presidente da Companhia de Planejamento do Distrito Federal**, em 25/02/2022, às 15:36, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAIENNE AMARAL MACHADO 0003668-4, Diretor(a) de Estudos e Políticas Sociais**, em 25/02/2022, às 15:40, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARTINHO BEZERRA DE PAIVA - Matr.0003651-0, Contador(a)**, em 03/03/2022, às 09:59, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=80925371)
verificador= **80925371** código CRC= **687CEDFC**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Administração Municipal - SAM, Bloco H - Bairro Asa Norte - CEP 70620-080 - DF

3342-1237